

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.664.224 - SP (2020/0035479-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : CARLA QUEIROZ DE ARAUJO
ADVOGADO : MOACYR PADUA VILELA FILHO - SP228914
AGRAVADO : BANCO BRADESCO CARTÕES S.A
ADVOGADOS : ÉRIKA NACHREINER - SP139287
FABIO CABRAL SILVA DE OLIVEIRA MONTEIRO - SP261844
VINÍCIUS MARQUES DA SILVA - SP427994

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por CARLA QUEIROZ DE ARAUJO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - IMPROCEDÊNCIA - ANOTAÇÃO DO NOME DA AUTORA NO CADASTRO DOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - APLICABILIDADE NO CASO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - ÔNUS PROBATÓRIO QUE IMPUNHA A RÉ DEMONSTRAR A REGULARIDADE E LEGITIMIDADE DESTA ANOTAÇÃO - PROVA DOCUMENTAL APRESENTADA PELA RÉ QUE SE AFIGURA SUFICIENTE PARA TANTO - APLICAÇÃO DE PENA DE LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ À AUTORA - IMPOSIÇÃO DE REFERIDA PENA QUE DEVE SER MANTIDA - INFRINGÊNCIA AO DEVER DE LEALDADE PROCESSUAL CARACTERIZADO - RECURSO IMPROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 80 do CPC, no que concerne à inocorrência de má-fé, trazendo os seguintes argumentos:

A recorrente apenas exerceu o direito de ação que supostamente imaginava presente e não se demonstrou nos autos que o tenha exercido de forma abusiva. A parte não está impedida de defender direito próprio, tenha razão ou não. (fls. 229).

Note-se, portanto, que não há que se falar em litigância de má-fé, tendo em vista que se valeu do seu direito de ação sem violar qualquer dever processual, e mais, não se pode considerar de má-fé a interpretação subjetiva dada pelo julgador em matéria controvertida pelas partes. Vale dizer, se o julgador não se convenceu da tese defendida pela recorrente, que julgue a ação improcedente, como de fato a julgou, mas daí concluir

que houve má-fé é dar um passo longo de mais. (fls. 229).

[...] (fls. 229).

Da análise dos autos, observa-se que a parte recorrente apenas utilizou de procedimento previsto em lei para defesa de seus interesses, o que é assegurado pelo nosso ordenamento jurídico, não havendo que se falar em condenação por litigância de má-fé por alterar a verdade dos fatos, uma vez que durante o trâmite processual não houve qualquer conduta que se enquadrasse naqueles elencados no art. 80 do CPC supracitado. (fls. 230).

Ademais, as infrações previstas no art. 80 do Código de Processo Civil não devem ser analisadas com rigor objetivo, pois, do contrário, todo aquele que tivesse perdido a demanda seria litigante de má-fé." (fls. 230).

[...] (fls. 230).

Não há como condenar a parte como litigante de má-fé, uma vez que deve restar cabalmente demonstrado nos autos que a parte faltou com a lealdade processual, e que a parte contrária sofreu prejuízos em decorrência da conduta maliciosa e, no caso, data maxima venha, não há prova da prática de conduta que configure litigância dessa natureza, razão pela qual não há fundamento para a pena pecuniária. (fls. 232).

ASSIM, SÓ PODE REPUTAR LITIGANTE DE MÁ-FÉ A PARTE QUE DEIXA DE PROCEDER, COM LEALDADE E BOA -FÉ, OPONDO RESISTÊNCIA INJUSTIFICADA AO ANDAMENTO DO FEITO, O QUE NÃO OCORRE IN CASU, RAZÃO PELA QUAL NÃO HÁ QUE SE FALAR EM CONDENAÇÃO POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. (fls. 232).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Ademais, não obstante a apresentação das faturas do cartão de crédito, comprovando a relação jurídica existente entre as partes e o inadimplemento da autora, esta insistiu na tese de que a ré não comprovou a legitimidade da inscrição desabonadora nos órgãos de proteção ao crédito, evidenciando, assim, o ajuizamento da presente ação sem qualquer fundamento e contrária a realidade dos fatos, como bem observou o douto Magistrado:

[...]

Desse modo, há nos autos elementos suficientes para evidenciar a má-fé da autora, ressaltando que a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não afasta a obrigatoriedade de arcar com o pagamento de tal condenação (fls. 209/214).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à existência ou não de má-fé na conduta do litigante exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido, o STJ já decidiu que “rever a conclusão adotada no v. acórdão recorrido sobre a caracterização de litigância de má-fé do agravante demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório” (AgInt no AREsp 1399945/MS, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe 2/4/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.111.771/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 18/5/2018; REsp 1.722.581/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 13/11/2018; AgInt no AREsp 1.355.356/PR, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 27/8/2019; AgInt no AREsp 1.216.161/MG, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 7/6/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente